

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº

(Do Sr. Dr. Pinotti)

Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização sobre irregularidades em obras em aeroportos brasileiros constatadas pelo TCU.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, incisos I e II, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização sobre os atos e controles administrativos praticados no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), em decorrência da constatação por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) de irregularidades em obras em pelo menos dez aeroportos brasileiros.

No total, 10 projetos desenvolvidos pela Infraero, com orçamento total de cerca de R\$ 3 bilhões, apresentaram problemas de sobrepreço, deficiência de projeto básico e restrição ao caráter competitivo da licitação, conforme auditorias já aprovadas pelo TCU.

Foram identificadas irregularidades nos seguintes aeroportos por parte do TCU: Macapá (AP), Vitória (ES), Goiânia (GO), Santos Dumont (RJ), Guarulhos (SP), Congonhas (SP), Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR). Antes disso, já haviam sido constatados problemas da mesma natureza no aeroporto de Ribeirão Preto (SP).



7074931140

A Infraero, após a divulgação da lista de irregularidades por parte do TCU, chegou a revogar a concorrência para a contratação de serviços de engenharia para construção do pátio de aeronaves e terraplanagem do Terminal de Passageiros 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos. O TCU havia recomendado a paralisação da obra, com o corte de recursos orçamentários, mas a Infraero afirmou que o cancelamento ocorreu para promover a revisão do orçamento e a atualização dos projetos básicos. Avaliada em R\$ 1,12 bilhão, a obra de Guarulhos está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nas obras do terminal de Guarulhos foram identificados sobrepreço de cerca de R\$ 100 milhões, projeto básico deficiente e restrição ao caráter competitivo da licitação.

Outro exemplo é o do aeroporto de Vitória, no Espírito Santos, também de grande porte. A primeira fiscalização desse aeroporto ocorreu em 2006, quando foi detectado indício de sobrepreço de R\$ 37 milhões numa amostra do contrato correspondente a R\$ 135 milhões.

Destaque-se, ainda, que a Infraero é o órgão com maior percentual de obras com indícios de irregularidades graves na lista do TCU, sendo que pelo menos quatro delas sofrerão cortes de recursos no Orçamento da União para 2009 e serão paralisadas.

Apesar da Infraero informar que está tomando todas as providências necessárias para os ajustes de contratos, projetos ou obras, o fato é que o TCU constatou que, em diversas ocasiões, não foi feita a adequação solicitada

Em razão desses fatos, pela importância da Infraero e das obras que estão sob sua responsabilidade no âmbito do PAC ou fora dele, e, fundamentalmente, pelo volume dos recursos destinados a essas obras, a Câmara dos Deputados, através da Comissão de Fiscalização e Controle, deve cumprir a sua prerrogativa de aprofundar a fiscalização e o controle desses recursos, ajudando a identificar as irregularidades e a apontar



mudanças de rumo dentro do propósito maior de defender o erário público.

Sala das Sessões, de outubro de 2008

Deputado DR. PINOTTI
(DEM-SP)



7074931140